



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

## **ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO PREGÃO ELETRÔNICO 021/2026**

O **MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA**, com sede na Avenida Flores da Cunha, nº. 2209, nesta cidade, CNPJ/Mf nº. 87.990.800/0001-85, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **JUSSARA MARIA DA SILVA**, a seguir denominado simplesmente CONTRATANTE, e **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, empresa inscrita no CNPJ/MF sob nº. **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, estabelecido na ....., nº. ...., CEP XX.XXX-XXX, Bairro ....., na cidade de ....., a seguir denominada CONTRATADA, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº. 14.133/2021 e suas alterações e ao Decreto Municipal nº. 7.589 de 27 de dezembro de 2022, firmam o presente Contrato de Prestação de Serviço, relativo originário do Pregão Eletrônico 021/2026, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1.** O objeto da presente Licitação constitui-se na Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de ultrassonografias diversas, conforme edital do Pregão Eletrônico e anexos.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME JURÍDICO**

**2.1.** Ficam conferidas ao CONTRATANTE as prerrogativas do artigo 104 da Lei Federal nº. 14.133/21, sendo que os casos omissos serão resolvidos na forma disciplinada pelo artigo 89 da Lei Federal nº. 14.133/21.

**2.2.** Aplicam-se ao presente instrumento o disposto na Lei Federal nº. 14.133/21 e suas alterações, bem como o disposto no Edital de nº. /2026, seus anexos e supletivamente, as regras de direito privado.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL**

**3.1.** A prestação de serviços de exames, encaminhados pelo Município, deverá ser realizada na sede da CONTRATADA de segunda-feira a sexta-feira, em horário comercial, em estabelecimento próprio, através de seus profissionais e equipamentos.

**3.1.1.** Para a realização do exame, a CONTRATADA deverá receber a requisição do serviço emitida pelo profissional da rede das unidades da Secretaria de Saúde do Município de Cachoeirinha, devidamente assinada e carimbada, após o agendamento prévio junto à CONTRATADA, na qual constará o serviço (exame) a ser realizado.

**3.1.2.** Na execução dos serviços, os usuários do SUS deverão ser referenciados pelo sistema de regulação vigente através do Departamento de Regulação, Auditoria e Controle (DEPRAC), da Secretaria Municipal de Saúde.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

### **3.2. Execução dos Exames:**

**3.2.1.** Os pacientes serão atendidos em local devidamente equipado, em conformidades com as exigências legais para o exercício da atividade.

**3.2.2.** Técnicos em radiologia qualificados realizam os exames seguindo protocolos rígidos de segurança e qualidade.

**3.2.3.** Os exames deverão ser realizados em Clínica, onde o contratado deverá disponibilizar todos os recursos materiais e humanos que forem necessários;

**3.2.4.** Digitalização e Armazenamento:

**3.2.5.** As imagens ultrassonográficas são digitalizadas e armazenadas em sistemas eletrônicos seguros, garantindo a integridade dos dados e a facilidade de acesso para posterior análise.

**3.2.6.** Utilização de sistemas para a gestão e arquivamento das imagens, permitindo a consulta remota pelos profissionais de saúde.

**3.2.7.** Análise das Imagens:

**3.2.8.** Médicos radiologistas, especializados e registrados nos conselhos de classe, analisam as imagens ultrassonográficas com precisão e cuidado, utilizando ferramentas de software para apoiar a interpretação dos resultados.

**3.2.9.** A análise considera o histórico médico do paciente e as informações fornecidas pelos profissionais de saúde que solicitaram o exame.

**3.2.10.** Elaboração dos Laudos:

**3.2.11.** Laudos detalhados são elaborados para cada exame, contendo informações claras e precisas sobre os achados ultrassonográficos e suas implicações clínicas.

**3.2.12.** Os laudos incluem recomendações para tratamentos adicionais ou a necessidade de exames complementares, quando aplicável.

**3.2.13.** Distribuição dos Laudos:

**3.2.14.** Os laudos serão disponibilizados em formato físico e, quando possível, em formato digital para os pacientes, garantindo agilidade na comunicação dos resultados e facilitando a tomada de decisões clínicas rápidas e informadas.

### **3.3. Prazos para a realização do serviço:**

**3.3.1.** As agendas serão disponibilizadas pelo Prestador ao Departamento de Regulação, Auditoria e Controle (DEPRAC), devendo serem cumpridas, preferencialmente, nos 12 meses subsequentes à contratação do serviço.

**3.3.2.** O prazo de execução do serviço será de 12 (doze) meses, a contar da ordem de início da prestação dos serviços, podendo ser prorrogado por iguais e consecutivos períodos, até o limite da lei, conforme dispõe a Lei Federal nº 14.133/2021.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**3.4. Detalhes do escopo da contratação:**

- 3.4.1.** O prestador de serviço deverá possuir em sua clínica área física compatível ao número de pacientes a serem atendidos, atendendo de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 08 h às 18 h, assim como equipamentos adequados à realização dos procedimentos;
- 3.4.2.** É de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.
- 3.4.3.** A Contratante terá acesso, sempre que necessário, aos prontuários, bem como ao espaço físico, porém sempre com justificativa técnica para tal;
- 3.4.4.** A CONTRATANTE deverá ter capacidade operacional para atender a um mínimo de 200 exames ao mês no espaço físico da Clínica, no horário entre as 08:00 às 18:00 horas, de segunda-feira a sexta-feira, de acordo com o cronograma de atendimento do serviço;
- 3.4.5.** Atendimento emergencial: Deve ser disponibilizado atendimento emergencial fora da agenda regular, conforme a necessidade da Secretaria de Saúde. A empresa deve apresentar um plano para atender a essas situações emergenciais, incluindo uma lista de contatos e procedimentos para acionamento rápido.

**3.5. Possíveis problemas na execução dos serviços serão resolvidos em quanto tempo:**

- 3.5.1.** Os casos que demandarem a utilização de equipamentos que porventura venham a apresentar defeito técnico ou que necessitem de intervalos de uso para a manutenção ou substituição, bem como a ausência temporária de profissionais, serão comunicados à equipe de supervisão da SMS com as propostas de solução visando a não interrupção da assistência, devendo ser solucionado no prazo de até 48 horas ininterruptas.
- 3.6.** A empresa Contratada deverá iniciar a prestação dos serviços em até 03 (três) dias, a contar da ordem de início;
- 3.7.** Os exames serão enviados por e-mail, para o endereço eletrônico indicado pela Contratada;
- 3.8.** Os laudos deverão ser emitidos por médico da Contratada, em até 72 h, após a realização do exame, com laudos finais em até 168 horas.
- 3.9.** Em casos de urgência, devidamente apontada por profissional médico, o laudo deverá ser emitido em até 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento do arquivo do exame;
- 3.10.** Os laudos deverão estar disponíveis em formato digital (PDF) e impresso, conforme solicitação do paciente ou do médico solicitante e enviados, no prazo de 72 h, para o endereço de e-mail indicado pela Contratante;
- 3.11.** A Contratada deverá enviar, mensalmente, junto com a nota fiscal, planilha com a quantidade de exames laudados, bem como os nomes e dados de identificação dos pacientes.
- 3.12. Qualificação técnica:**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**3.12.1.** Os técnicos em radiologia devem possuir formação técnica reconhecida e registro ativo no Conselho Regional de Técnicos em Radiologia (CRTR).

**3.12.2.** Os médicos radiologistas devem possuir especialização em radiologia e diagnóstico por imagem, com registro no Conselho Regional de Medicina (CRM) e registro no conselho da especialidade

**3.13. Emissão do Laudo:**

**3.13.1.** Os laudos dos exames de ultrassonografia devem ser emitidos por médicos radiologistas qualificados, utilizando sistemas digitais que permitam a assinatura eletrônica.

**3.13.2.** Laudos preliminares devem ser disponibilizados no prazo máximo de 72 horas após a realização do exame, com laudos finais em até 168 horas.

**3.13.3.** Os laudos devem estar disponíveis em formato digital (PDF) e impresso, conforme solicitação do paciente ou do médico solicitante.

**3.13.4.** O Prestador de Serviços de ultrassonografia, preferencialmente, disponibilizará o acesso aos laudos médicos dos exames realizados por meio de QR Code, presente nos laudos emitidos. O QR Code gerado redirecionará o usuário de forma direta e segura para uma plataforma ou sistema digital onde o laudo estará disponível para visualização e/ou *download*. O acesso ao laudo via QR Code será protegido por medidas de segurança adequadas, garantindo a confidencialidade das informações de saúde dos pacientes, em conformidade com as normas aplicáveis, incluindo a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

**3.13.5.** Devem incluir imagens de alta qualidade anexada ao laudo para referência.

**3.14. Entrega do Laudo e Acompanhamento:**

**3.14.1.** Disponibilização dos Resultados: Os laudos serão disponibilizados para os pacientes por via digital (PDF) ou impressos, conforme a preferência e necessidade do paciente. Para garantir a segurança da informação, o acesso digital será protegido por sistemas de autenticação.

**3.15.** Além do mais, a prestação de serviço do presente contrato será executada de acordo com sua especificidade, dispostas no Termo de Referência e anexos do edital.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO**

**4.1.** O Município pagará à contratada a importância constante no Termo de Homologação do Pregão, de acordo com o respectivo tipo de serviço prestado.

Item	Código SIGTAP	Descrição	UN	Qtd Anual	Valor Unitário	Valor Total
1	02.05.02.004-6	<b>Ultrassonografia de</b>	UN	528	R\$	R\$



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

		<b>abdômen total</b>				
2	02.05.02.005-4	<b>Ultrassonografia de aparelho urinário</b>	UN	156	R\$	R\$
3	02.05.02.006-2	<b>Ultrassonografia de articulação e partes moles</b>	UN	648	R\$	R\$
4	02.05.02.007-0	<b>Ultrassonografia de bolsa escrotal</b>	UN	24	R\$	R\$
5	02.05.02.009-7	<b>Ultrassonografia mamária bilateral</b>	UN	108	R\$	R\$
6	02.05.02.014-3	<b>Ultrassonografia obstétrica</b>	UN	24	R\$	R\$
7	02.05.02.011-9	<b>Ultrassonografia de próstata (via abdominal)</b>	UN	84	R\$	R\$
8	02.05.02.016-0	<b>Ultrassonografia pélvica (ginecológica)</b>	UN	36	R\$	R\$
9	02.05.02.018-6	<b>Ultrassonografia transvaginal</b>	UN	720	R\$	R\$
10	02.05.02.012-7	<b>Ultrassonografia de tireoide</b>	UN	72	R\$	R\$

#### **CLÁUSULA QUINTA– DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**5.1.** O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal e respectiva planilha de exames laudados, que deverá conter atestado de conformidade assinado pelo técnico responsável da Secretaria Municipal da Saúde, após liquidação da Secretaria Municipal da Fazenda. Caso o vencimento do prazo de pagamento da fatura ocorra em feriado, final de semana ou em dia sem expediente na Prefeitura Municipal de Cachoeirinha, fica automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente ao vencimento.

**5.12.** A Prefeitura poderá condicionar o pagamento da prestação, a qualquer tempo, mediante o comprovante da regularidade da CONTRATADA perante o INSS, FGTS, GFIP.

**5.13.** Para fins de pagamento, será exigida a apresentação da regularidade com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal (da sede da empresa e com o município de Cachoeirinha) e com o



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. O pagamento fica condicionado à apresentação total da regularidade anteriormente citada.

**5.14.** Quando ocorrer atraso de pagamento pela Contratante (Administração), a Contratada fará jus a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da nota fiscal a ser paga, acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pelo IPCA (IBGE).

**5.15.** Tendo sido impostas penalidades à Contratada, das quais não tenha recorrido tempestivamente, ou que já sejam objeto de decisão administrativa transitada em julgado, o respectivo valor será descontado da garantia eventualmente concedida, ou, em sendo insuficiente esta, do pagamento mensal devido.

**5.16.** Não haverá antecipações de pagamentos.

**5.17.** Todo e qualquer pagamento poderá ser susinado, se verificada qualquer das hipóteses a seguir elencadas, e enquanto perdurar o ato/fato/omissão que a tiver motivado, sem direito a posterior reajuste, acréscimo, lucros cessantes, indenização, multas, juros e/ou correção monetária:

**5.17.1.** Desacatada qualquer determinação expressa, escrita e assinada, da fiscalização contratual;

**5.17.2.** Havendo infração à condição ou obrigação estabelecida no contrato e/ou seus aditivos.

**5.18.** Os pagamentos feitos pela contratante não isentam a contratada de qualquer responsabilidade.

**5.19.** À contratada, é vedado negociar/efetuar a cobrança e/ou o desconto de eventuais títulos cambiais emitidos em decorrência do ajuste, na rede bancária ou com terceiros, eis que permitida somente a cobrança em carteira simples, ou seja, diretamente na Tesouraria da contratante.

## **CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE**

**6.1.** O preço do contrato será reajustado anualmente, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, com base na variação do IPCA (IBGE), conforme Decreto Municipal nº 5807, de 25 de junho de 2015, ou outro índice que vier a substituí-lo, mediante expressa e fundamentada solicitação da CONTRATADA, a qual será dirigida ao Gestor do Contrato via Protocolo Digital e, acaso aprovada por este e pela(o) Secretária(o) Municipal de Saúde (SMS), efetivado por termo de apostilamento.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DO INÍCIO DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

**7.1.** A execução da prestação de serviço deverá ser iniciada, conforme ordem de início emitida pela SMS;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**7.2.** O objeto do contrato será recebido:

**7.2.1.** Provisoriamente, pelo gestor e pelo fiscal do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

**7.2.2.** Definitivamente, pelo gestor – em conjunto com o fiscal do contrato – e o secretário da pasta, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

**7.3.** O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato;

**7.4.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato;

**7.5.** Os testes e as demais provas para aferição da boa execução da prestação do serviço do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

**7.6.** O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessária.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**8.1.** A CONTRATADA, após assinatura do contrato, assumirá, imediatamente, a execução do serviço;

**8.2.** Realizar todos os serviços relacionados com o objeto deste Edital, de acordo com as especificações estipuladas pelo MUNICÍPIO no Termo de Referência e demais anexos;

**8.3.** Permitir e facilitar a fiscalização, a inspeção em qualquer dia e hora, devendo prestar todas as informações e esclarecimentos necessários;

**8.4.** Cumprir, fielmente, todas as estipulações das Especificações Técnicas constantes no Termo de Referência (ANEXO I do Edital), sob pena de se sujeitar às multas estabelecidas;

**8.5.** Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os mediante crachás com fotografia recente e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual;

**8.6.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- 8.7.** Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal e as normas internas de segurança e medicina do trabalho;
- 8.8.** Comunicar o Município qualquer ocorrência que possa impedir a prestação de serviço do objeto contratual;
- 8.9.** Refazer às suas expensas, todo o serviço inadequadamente realizado, a critério da Fiscalização do MUNICÍPIO, sem alteração do prazo de execução do contrato;
- 8.10.** Responder pelos atos e omissões de seus prepostos, empregados e demais pessoas que utilizar na execução deste Contrato;
- 8.11.** Fazer prova junto ao MUNICÍPIO, de acordo com os critérios estabelecidos por sua fiscalização, e sempre que solicitada, do fiel cumprimento de todas as obrigações aqui mencionadas, e aquelas exigidas quando da habilitação, em especial encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- 8.12.** Responsabilizar-se, exclusiva e integralmente, por todas as despesas diretas e indiretas, mão de obra, máquinas e equipamentos, a utilização de pessoal para execução dos respectivos procedimentos, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultados do vínculo empregatício, bem como Certidões Negativas de Débito Salarial;
- 8.13.** Adquirir todo o material de consumo que utilizará na execução dos serviços relativos aos serviços contratados;
- 8.14.** Não proceder qualquer modificação não prevista no edital e seus anexos, sem consentimento prévio e por escrito do MUNICÍPIO;
- 8.15.** O MUNICÍPIO não assumirá em nenhuma hipótese, a responsabilidade, presente ou futura, de qualquer compromisso ou ônus decorrentes do inadimplemento da CONTRATADA relativa às obrigações aqui assumidas, ficando essas a seu encargo, exclusivamente, em qualquer momento que vierem a ocorrer;
- 8.16.** Responder, perante o MUNICÍPIO, por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, no cumprimento das obrigações de sua responsabilidade ou por erro seu em qualquer serviço, objeto deste Edital;
- 8.17.** Obrigar-se, após notificação expedida pelo MUNICÍPIO, a reparar ou substituir parte do serviço que apresentar qualquer dificuldade correndo as suas expensas todas às despesas decorrentes;
- 8.18.** Assumir integralmente responsabilidade por qualquer problema decorrente da má prestação dos serviços ou por erro de seus profissionais durante a execução do objeto contratual;
- 8.19.** Assumir todas e quaisquer responsabilidades trabalhistas e Previdenciárias com pessoas ligadas a CONTRATADA que prestarem os serviços que integram o objeto do contrato, competindo-lhe, exclusivamente, tais obrigações;





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- 8.20.** Assumir todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto do contrato, correndo por sua conta exclusiva a quitação desses tributos;
- 8.21.** Durante a vigência contratual para fins de liquidação de empenho e pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar relação nominal de empregados e suas respectivas funções na prestação do serviço público, as rescisões e as novas contratações de empregados quando exigidas em lei e a relação de pagamentos coincidentes com os empregados para a execução do serviço e os comprovantes de recolhimento de INSS e FGTS;
- 8.22.** Por descumprimento total ou parcial da obrigação contratada e assumida serão aplicadas à CONTRATADA, as penalidades previstas no ato convocatório e na legislação pertinente.
- 8.23.** Arcar com despesas e indenizações provenientes de ações judiciais provocadas pelos funcionários seja qual for o motivo gerador da referida ação;
- 8.24.** Qualquer colaborador pertencente à CONTRATADA, que a critério da fiscalização, demonstrar incapacidade técnica ou se portar inconvenientemente, criando dificuldades para o bom andamento dos serviços, deverá ser substituído dentro de 48 horas, contadas da data da notificação por escrito;
- 8.25.** Todo e qualquer serviço que, a critério da fiscalização, for julgado executado em desacordo com as especificações ou que não tiver boa qualidade de execução, quer seja em relação aos materiais aplicados, quer quanto à mão de obra empregada, será desfeito e refeito pela contratada, sem ônus para a Prefeitura;
- 8.26.** Cumprir todas as disposições legais pertinentes à segurança do trabalho às quais estão sujeitos contratos de trabalho regidos pela CLT, independente do seu quadro de pessoal enquadrar-se nesta situação;
- 8.27.** Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- 8.28.** Efetuar o ressarcimento de quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus funcionários em serviço, causados a terceiros ou ao patrimônio público, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação ou comunicação efetuada pela Fiscalização da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;
- 8.29.** Obedecer às demais obrigações específicas para o tipo de serviço prestado, conforme Termo de Referência.
- 8.30.** Enviar a fatura com a discriminação dos serviços efetuados;
- 8.31.** Responsabilizar-se pelos danos causados por seus funcionários ao Município e a terceiros, ficando a contratante autorizada a descontar de eventual garantia prevista no edital ou de créditos que a CONTRATADA tiver perante o Município, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.32.** Ao final do presente contrato a empresa deverá apresentar os seguintes documentos:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**8.32.1.** Cópia dos contratos de trabalho dos empregados envolvidos na realização do serviço;

**8.32.2.** Apresentação das certidões de regularidade fiscal junto ao INSS, FGTS e tributos municipais;

**8.32.3.** Cópia das rescisões de contrato ocorridas durante a vigência do contrato;

**8.33.** É vedada a subcontratação total ou parcial dos serviços objeto deste contrato, com exceção da emissão dos laudos, desde que realizada por empresa especializada e sob a integral responsabilidade da contratada.

**8.34.** Os serviços objeto do presente processo licitatório deverão ser prestados, preferencialmente, dentro do Município de Cachoeirinha/RS. Caso não haja prestadores dentro do município, serão prestados dentro de um raio de 20Km do Município de Cachoeirinha/RS, sendo vedada a subcontratação de qualquer natureza.

**8.35.** O transporte ao local em que será realizado o exame ficará a cargo do paciente. Não haverá disponibilização de transporte por parte da Secretaria Municipal de Saúde de Cachoeirinha.

**8.36.** Manter todas as demais condições elencadas no Item 4 do Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

**9.1.** O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da ordem de início emitida pela SMS. Podendo ser prorrogado em conformidade com o artigo 107 da Lei Federal 14.133/2021

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**10.1.** Caberá ao Município de Cachoeirinha, através da Secretaria Municipal de Saúde, exercer a fiscalização dos serviços por profissionais especialmente designados. Ademais, ficará a cargo da CONTRATANTE o acompanhamento dos trabalhos visando verificar o atendimento total do contrato, a qualidade dos serviços efetuados, a utilização de uniformes e EPI'S pelos funcionários e todas as obrigações citadas no contrato.

**10.2.** Efetuar os pagamentos devido, no prazo contratual;

**10.3.** Comunicar à CONTRATADA as irregularidades manifestadas com relação aos serviços prestados;

**10.4.** Fiscalizar a correta execução do objeto contratual aplicando, se necessário, as sanções e/ou penalidades constantes neste contrato.

**10.5.** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ADJUDICATÁRIA/CONTRATADA, desde que devidamente identificados, às dependências dos prédios utilizados pela Administração Pública no município de Cachoeirinha, RS;

**10.8.** Prestar aos empregados da CONTRATADA informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham a executar.

**10.9.** Realizar o agendamento dos usuários com requisição para os exames em dia e horário previamente comunicados pela Contratada e comunicar a mesma através de listagem específica;

**10.10.** Indicar responsável pelo acompanhamento da execução do contrato;

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

**11.1** As despesas decorrentes deste contrato serão lançadas na seguinte unidade orçamentária, da Secretaria Municipal de Saúde:

Código Reduzido: 1086

Órgão: 11 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde

Ação: 2098 – Fortalecimento da Atenção Básica

Elemento: 33390390000000000000 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

Vínculo: 16004501 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – CUSTEIO – Atenção média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar

Subelemento: 33390395000000000000 – Serviços médico-hospitalar, odontológicos e laboratoriais

Código Reduzido: 105

Órgão: 11 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde

Ação: 2178 – Fortalecimento da Atenção Especializada

Elemento: 33390390000000000000 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

Vínculo: 16004501 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – CUSTEIO – Atenção média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar

Subelemento: 33390395000000000000 – Serviços médico-hospitalar, odontológicos e laboratoriais.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO MODELO DE GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO**

**12.1.** A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas pelos servidores abaixo, conforme o disposto no Decreto Municipal nº 7.685/2023, que regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de Cachoeirinha, nos termos do art. 92, XVIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**12.1.1. Gestor(a) da ARP / Contrato:** Fernanda Carvalho Gomes Matrícula: 12774

Setor/Departamento: Gestão de Contratos / Contato Funcional: 3041 – 8698

**Fiscal(is) da ARP / Contrato:** Ueldo Miguel Plentz Rodrigues / Matrícula nº: 40166

Departamento/Setor: Departamento de Regulação, Auditoria e Controle /Contato Funcional: 3041 – 8695

**12.2.** O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados.

**12.3.** Verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

**12.4.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle.

**12.5.** O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Legislação vigente;

**12.6.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**12.7.** O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual;

**12.8.** O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias, referente à mão de obra alocada em sua execução, inclusive às verbas rescisórias;

**12.9.** A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

**12.9.1.** Fiscalizações mensais, se necessário (a serem feitas antes do pagamento da fatura).

**12.9.2.** Consulta da situação da empresa junto ao SICAF ou no caso de a mesma não possuir tal cadastro, nos sites das respectivas fazendas públicas.

**12.10.** A execução do contrato a ser firmado será acompanhada e fiscalizada pela Administração, por meio de servidor devidamente designado, cujas atribuições básicas, além de outras, são:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**12.10.1.** Solicitar à contratada todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;

**12.10.2.** Emitir pareceres em todos os atos das empresas relativas à execução do contrato, em especial na aplicação de sanções, alterações, prorrogações, rescisões ou quaisquer outras atribuições necessárias ao bom desempenho dos serviços;

**12.10.3.** Solicitar substituições quando julgar necessárias.

**12.11.** Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o Município reserva-se o direito de, sem qualquer forma de restrição à plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços objeto desta Contratação;

**12.12.** As decisões e/ou providências que ultrapassem a competência do Gestor do Contrato deverão ser levadas, por escrito, ao conhecimento do(a) Secretário(a) de Saúde do Município, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes e necessárias a cada caso;

**12.13.** As ocorrências de desempenho ou comportamento insatisfatório, falhas, insuficiências, erros e omissões constatados pelo Município serão registrados e comunicados, por escrito, à Contratada, fixando-se prazo para a sua correção, conforme conveniência;

**12.14.** A fiscalização da Administração não permitirá que se executem tarefas em desacordo com as tarefas preestabelecidas;

**12.15.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e preposto.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**13.1.** O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**13.2.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, sendo necessário termo aditivo para readequação do cronograma físico-financeiro.

**13.3.** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**b)** poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**13.4.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**13.4.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**13.4.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**13.4.2.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**13.4.3.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

**13.4.3.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**13.4.3.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**13.4.3.3.** Indenizações e multas.

**13.5.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**13.6.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.7.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**14.1.** O CONTRATADO cometerá infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e do Decreto Municipal nº 7589, de 2022, se realizar as seguintes condutas:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**14.2.** Serão aplicadas ao CONTRATADO se incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**I) ADVERTÊNCIA**, como instrumento de diálogo e correção de conduta, nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a aplicação de penalidade mais grave:

- I.1 – descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou contratual;
- I.2 – inexecução parcial de obrigação contratual de pequena relevância, a critério da Administração.

**II) A sanção de IMPEDIMENTO DE LICITAR e CONTRATAR**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, será aplicada ao CONTRATADO, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, se:

- II.1 – der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, pelo período de um a dois anos.
- II.2 – dar causa à inexecução total do contrato, pelo prazo máximo de três anos.
- II.3 – deixar de entregar a documentação exigida para o certame, pelo prazo máximo de seis meses.
- II.4 – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, pelo prazo máximo de um ano.
- II.5 – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, pelo prazo máximo de um ano.
- II.6 – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, pelo prazo máximo de um ano.

**III) A sanção de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, será aplicada ao CONTRATADO se:

- III.1 – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- III.2 – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- III.3 – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- III.4 – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- III.5 – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

IV) A multa será aplicada observando-se os seguintes parâmetros:

IV.1 – Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

IV.2 – Compensatória, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor adjudicado, se o CONTRATADO:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

IV.3 – Compensatória, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor adjudicado, quando o CONTRATADO não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

IV.4 – Compensatória, de 6% (seis por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

IV.5 – Compensatória, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

IV.6 – Compensatória, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de:

a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para a execução do contrato;

b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;

d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) prática de ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º/08/2013;

f) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

g) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

**14.3.** Para os fins da aplicação das sanções previstas neste instrumento, considera-se inexecução total do contrato:

I – Recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;

II – Recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**14.4.** Para os fins da aplicação da sanção de advertência considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos à Administração.

**14.5.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

**14.6.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**14.7.** Para aplicação de qualquer penalidade contratual, é imprescindível a prévia instauração de processo administrativo sancionatório, assegurando-se o contraditório e ampla defesa, e observadas as disposições do Decreto Municipal nº 7589, de 27/12/2023, em especial a apresentação de defesa prévia escrita no prazo de 15 dias úteis do recebimento da notificação.

**14.8.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**14.9.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada, preferencialmente por meio eletrônico, pela autoridade competente.

**14.10.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**14.11.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**14.12.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**14.13.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS PRAZOS PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**15.1.** Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro serão respondidos pelo Gestor do Contrato e pelo Secretário da pasta no prazo máximo de 30 dias, sendo a decisão, caso favorável, encaminhada para a Superintendência de Compras e Licitações para confecção de termo aditivo.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

**16.1.** As partes elegem o foro da Comarca de Cachoeirinha, RS, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD**

**17.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**17.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**17.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**17.4.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aqueles em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**17.5.** É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**17.6.** O CONTRATANTE poderá realizar diligências para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**17.7.** O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado, permitindo auditorias solicitadas pelo contratante.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**18.1.** Fazem parte integrante deste contrato o Termo de Referência.

**18.2.** E, por estarem justos e combinados e de comum acordo com todas as cláusulas e condições aqui previstas, fica lavrado o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que será assinado pelas partes interessadas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Cachoeirinha/RS,        de        de 2026.

JUSSARA MARIA DA SILVA  
Prefeita Municipal